

BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 13

EDIÇÃO ESPECIAL: DADOS ANUAIS (2012 - 2022)



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS

LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



**Red
ODSAL**
Red de Observatorios de la Deuda
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 13, 2023

Disponível em:
<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>>
<<http://www.pucrs.br/datasocial>>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata
Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles
Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira
Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles
Roberta Presser Potrick Eberhardt
Assistente de Pesquisa voluntária do PUCRS Data Social

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
PUCRS-Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho.
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AGRADECIMENTOS

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles
comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1 Entre 2021 e 2022, mais de 3,4 milhões de brasileiros residentes nas metrópoles brasileiras saíram da situação de pobreza. Mesmo assim, ainda havia 22,7 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas nessa situação. Esse contingente representa 27% da população metropolitana (mais de $\frac{1}{4}$) e corresponde a um aumento de 4,3 milhões de pessoas em relação a 2014, quando aquele contingente representava 23,4% da população – o menor patamar registrado na série histórica.

2 Nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, com exceção de Aracaju, o percentual de pessoas em situação de pobreza superou um terço da população e chegou a ultrapassar 40% nas regiões metropolitanas de Manaus, Macapá, Grande São Luís, João Pessoa, Recife e Maceió.

3 A extrema pobreza, em 2022, também voltou a registrar valores próximos àqueles anteriores à pandemia e atingiu 3,9 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o que representou 4,7% da população. Mais de um terço das pessoas nessa situação [1,5 milhões] entraram nesta situação nos últimos 8 anos, desde 2014.

4 A desigualdade de renda, expressa pelo Coeficiente de Gini, caiu no último ano, atingindo 0,545 para o conjunto das Regiões Metropolitanas. Esse é o menor valor desde 2016.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

A razão de rendimento entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição de renda – outra medida da desigualdade de renda – chegou a 16,7. Isso indica que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 16,7 vezes mais do que os 40% mais pobres. Embora ainda muito alta, se trata da menor razão nos últimos 6 anos, isto é, desde 2016.

6

O rendimento médio para o conjunto das Regiões Metropolitanas, em 2022, voltou a subir depois da abrupta queda registrada em 2021, alcançando R\$1.984. Para o estrato dos 40% mais pobres o rendimento médio também voltou a subir e foi registrado o valor de R\$510,66.

7

Na comparação entre 2012 e 2022, os estratos de renda mais ricos e mais pobres apresentaram redução do seu nível de rendimento médio. O estrato dos 10% mais ricos teve queda de 0,2% em 10 anos e os 40% mais pobres teve queda de 0,8%.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das Regiões Metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as Regiões Metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das Regiões Metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, o PUCRS-Data Social, e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público

mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

Nesta edição trabalhamos com os dados da divulgação anual das PNADs Contínuas – IBGE (acumulados na 1ª visita até 2015, e acumulados na 5ª visita a partir de 2016), cobrindo o período de 2012 até 2022. A vantagem dos dados anuais é que estes nos permitem ter acesso a outras fontes de renda que não os rendimentos do trabalho, incluindo, por exemplo, aposentadorias, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC), Bolsa-Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, entre outras fontes. Desse modo, ao contrário do que ocorre com a divulgação trimestral dos dados da PNADc, que costumamos utilizar em nossos boletins, podemos tratar da renda mensal total dos domicílios.

2

Os dados de rendimentos dizem respeito ao rendimento domiciliar per capita mensal (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), excluindo o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3

Trabalhamos com todas as Regiões Metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como Regiões Metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as Regiões Metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Na figura 1, temos a evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil do início da série histórica, em 2012, até o ano mais recente, em 2022. O que se percebe é que entre 2012 e 2014 a desigualdade de renda medida por esse coeficiente passa por uma constante e leve redução, atingindo o menor valor da série, 0,538, em 2014. Após um período de estabilidade entre 2014 e 2015, esse valor tem um crescimento elevado no ano seguinte e atinge um ápice em 2017. A partir de então, volta a cair, com uma queda mais aguda em 2020 – em função das políticas emergenciais de transferência de renda adotadas durante a pandemia de COVID-19. Em 2021, com o enfraquecimento daquelas políticas, a desigualdade de renda aumenta de forma elevada e atinge o maior valor da série histórica, 0,565. No ano seguinte, em 2022, no entanto, a desigualdade volta a cair, e o Gini atinge 0,545, o menor valor desde 2016. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 1A.

Na figura 2, estão expostos os resultados do coeficiente de Gini para as Regiões Metropolitanas do país, entre os anos de 2019 (último ano antes da pandemia) e 2022 (último ano com dados completos). Observa-se que na grande maioria das Regiões Metropolitanas houve uma importante redução da desigualdade de renda no período de 3 anos. As exceções, isto é, regiões em que houve aumento da desigualdade, foram as Regiões Metropolitanas de Macapá, Natal, Salvador e Florianópolis. Em 2022, as metrópoles que registraram os maiores coeficientes de Gini e, portanto, maior desigualdade de renda, foram as Regiões Metropolitanas de Salvador (0,579), Belém (0,561), Natal (0,555), Rio de Janeiro (0,553) e São Paulo (0,544). No outro extremo, as metrópoles com menores coeficientes de Gini, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (0,495), Curitiba (0,495), Goiânia (0,485), Vale do Rio Cuiabá (0,481) e Florianópolis (0,457).

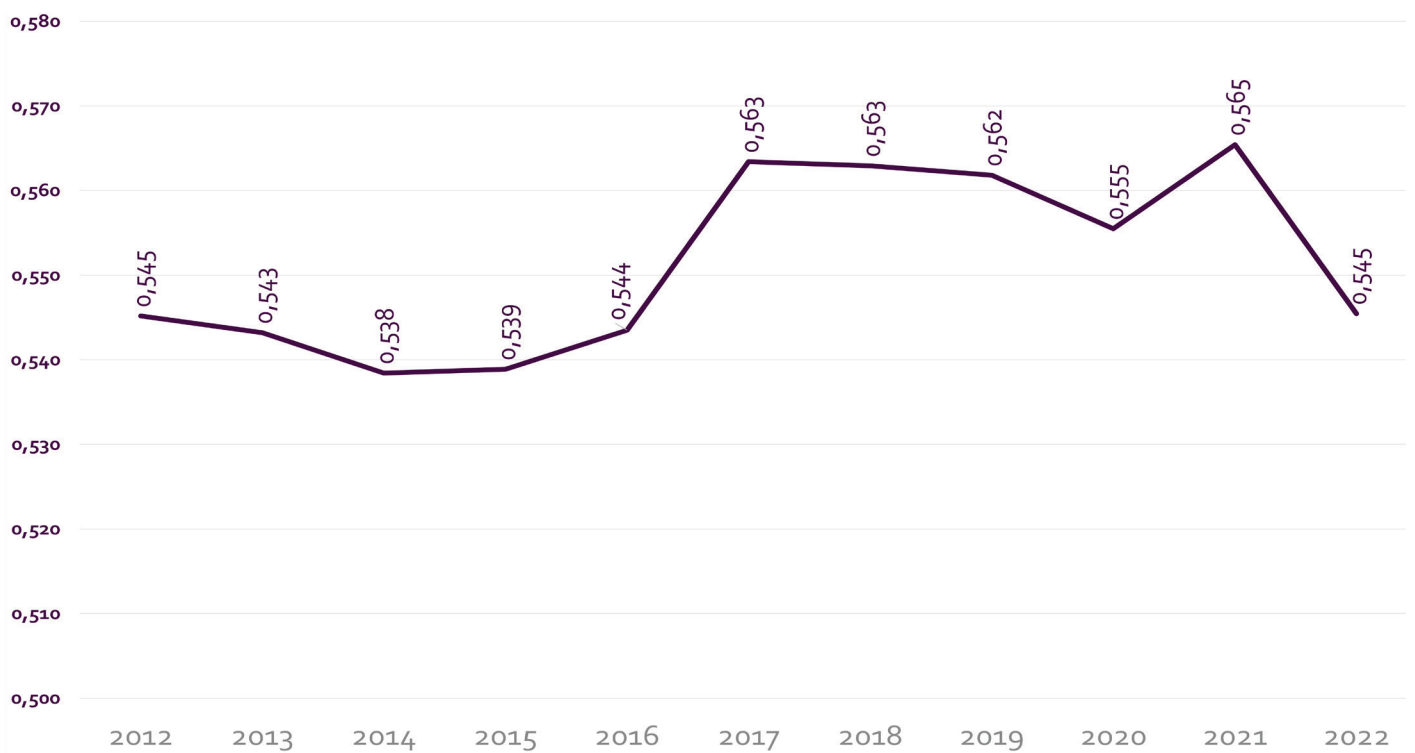


FIGURA 1: Evolução do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

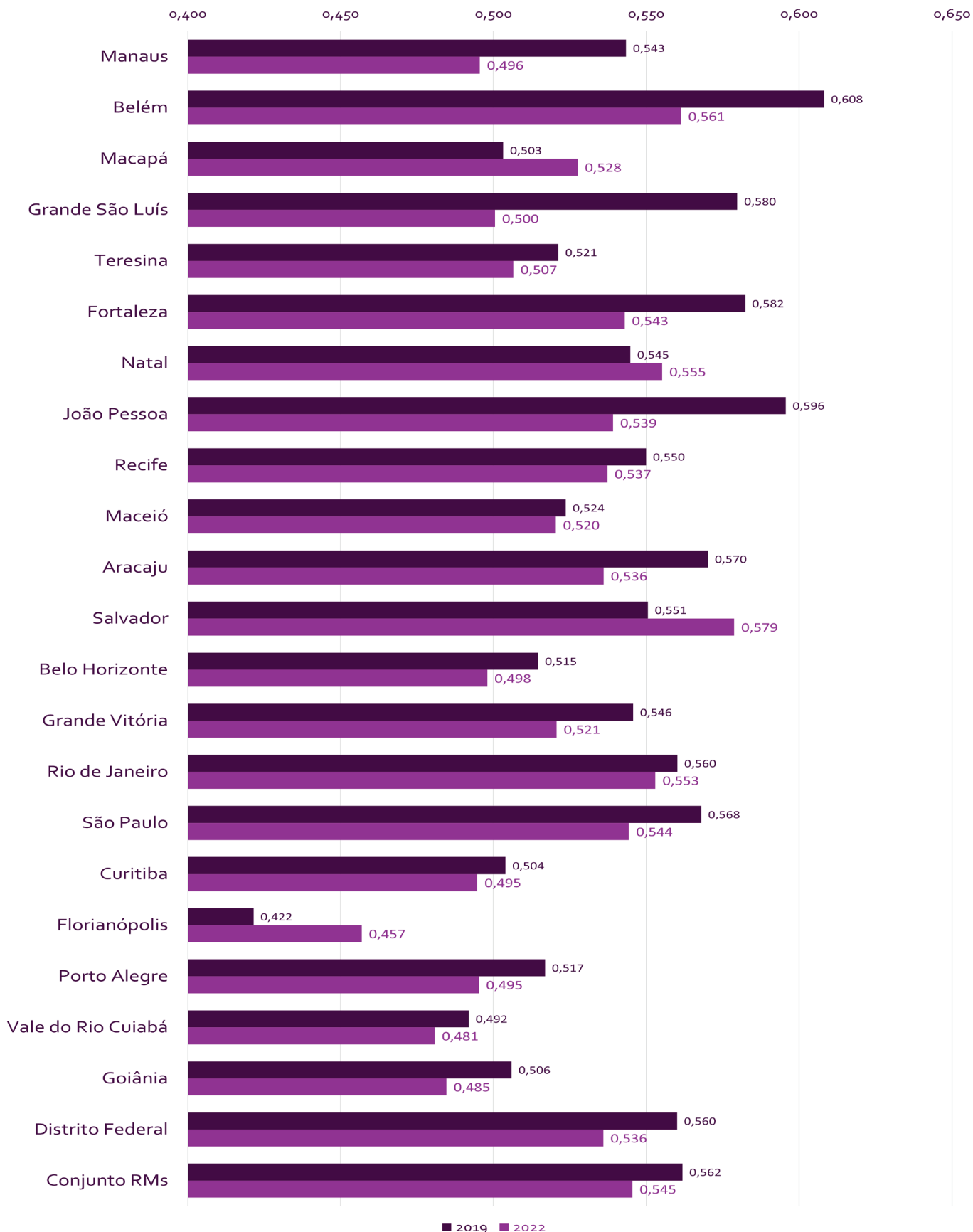


FIGURA 2: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção, são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

Na figura 3, está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das Regiões Metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, a partir desse período sofreu uma queda brusca, chegando a R\$1.932, em 2016. A partir disso, houve um crescimento até 2019, quando atingiu o valor de R\$2.124. Então, o rendimento voltou a sofrer quedas acentuadas e sucessivas em 2020 e 2021, alcançando o menor valor da série histórica: R\$1.862. No ano mais recente, em 2022, houve uma elevação

da renda, alcançando R\$1.984, mas que permanece inferior aos valores registrados antes da pandemia. Os dados específicos para cada uma das metrópoles estão expostos no anexo, na tabela 2A.

Na figura 4, estão expostos os resultados da média de rendimentos, entre 2019 e 2022, para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. O comportamento da maioria delas foi de ligeira queda da média de rendimentos no período, semelhante ao resultado para o seu conjunto. As exceções foram as Regiões Metropolitanas de Macapá, Teresina, Natal, Maceió e Aracaju, que apresentaram ligeiro aumento dos rendimentos no período. Em 2022, as Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Grande São Luís (R\$1.123), Manaus (R\$1.139), Recife (R\$1.210), João Pessoa (R\$1.251) e Maceió (R\$1.281). Já as Regiões Metropolitanas com maiores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Curitiba (R\$2.206), Porto Alegre (R\$2.257), São Paulo (R\$2.399), Florianópolis (R\$2.640) e o Distrito Federal (R\$2.799).

Na figura 5, está exposto o rendimento médio segundo os estratos de renda mencionados, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, entre 2019 e 2022. Observamos, primeiro, um movimento de queda das médias – com intensidades distintas –, para todos os estratos, entre 2019 e 2021. E, em seguida, uma tendência de elevação da renda, também para todos os estratos, entre 2021 e 2022. Ou seja, 2022 é o primeiro ano, desde o início

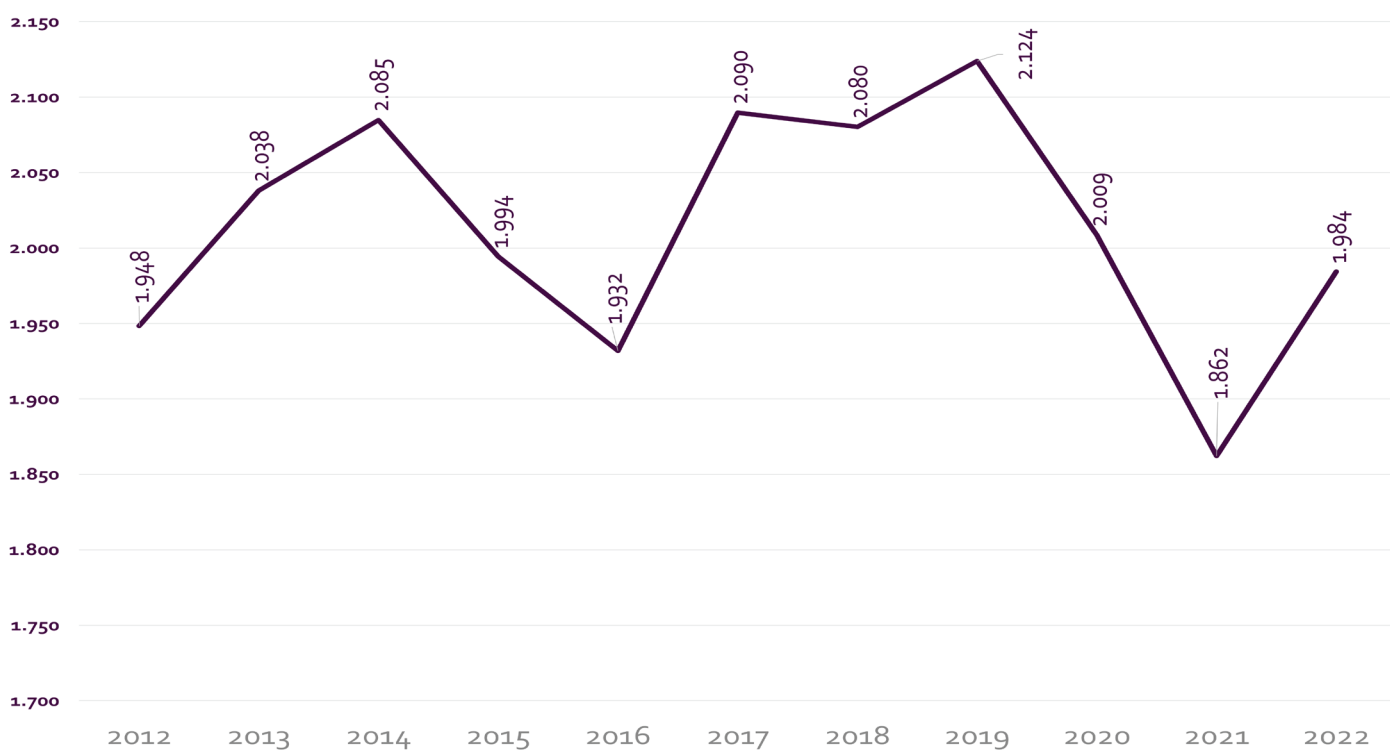


FIGURA 3: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

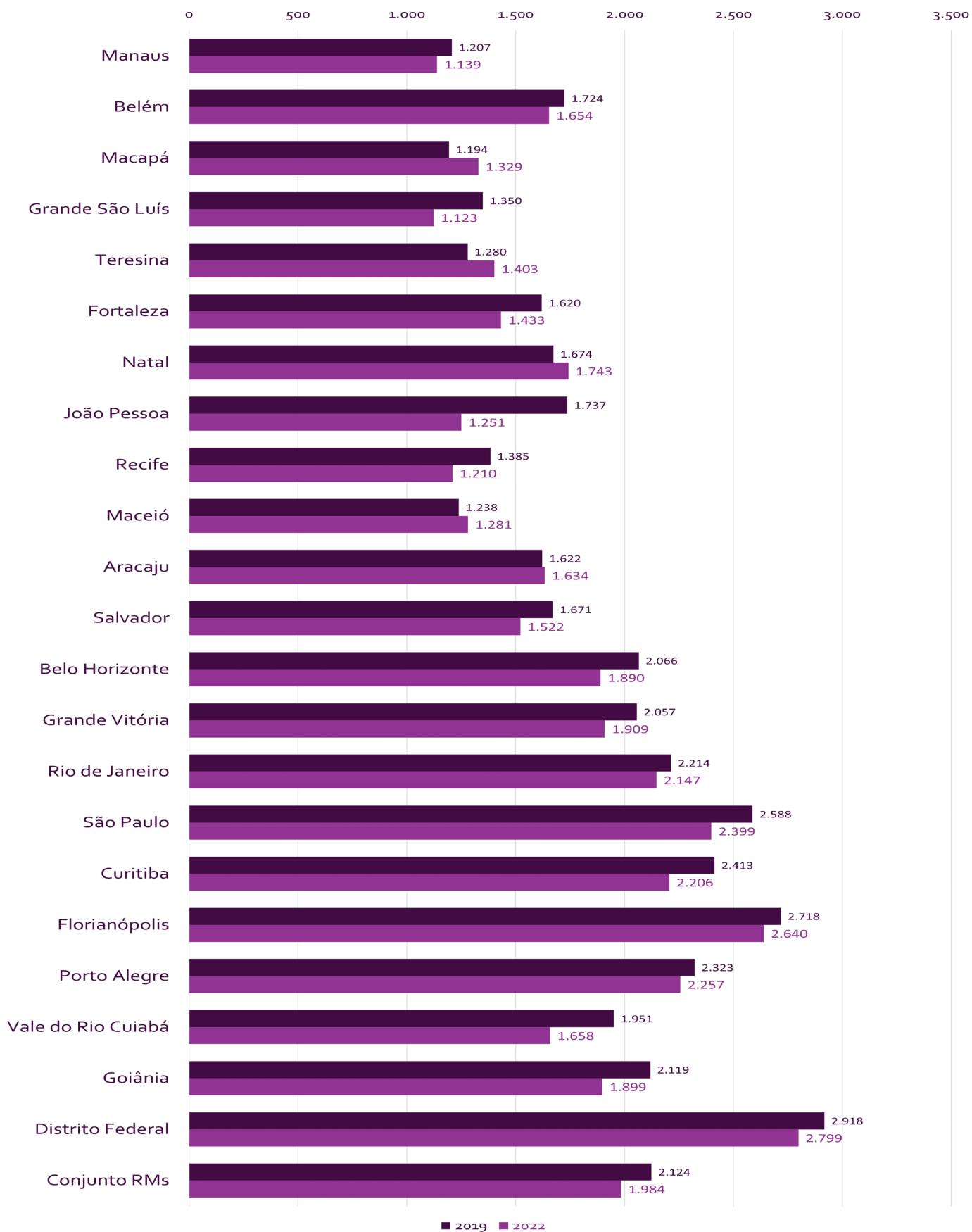


FIGURA 4: Média da renda domiciliar per capita* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

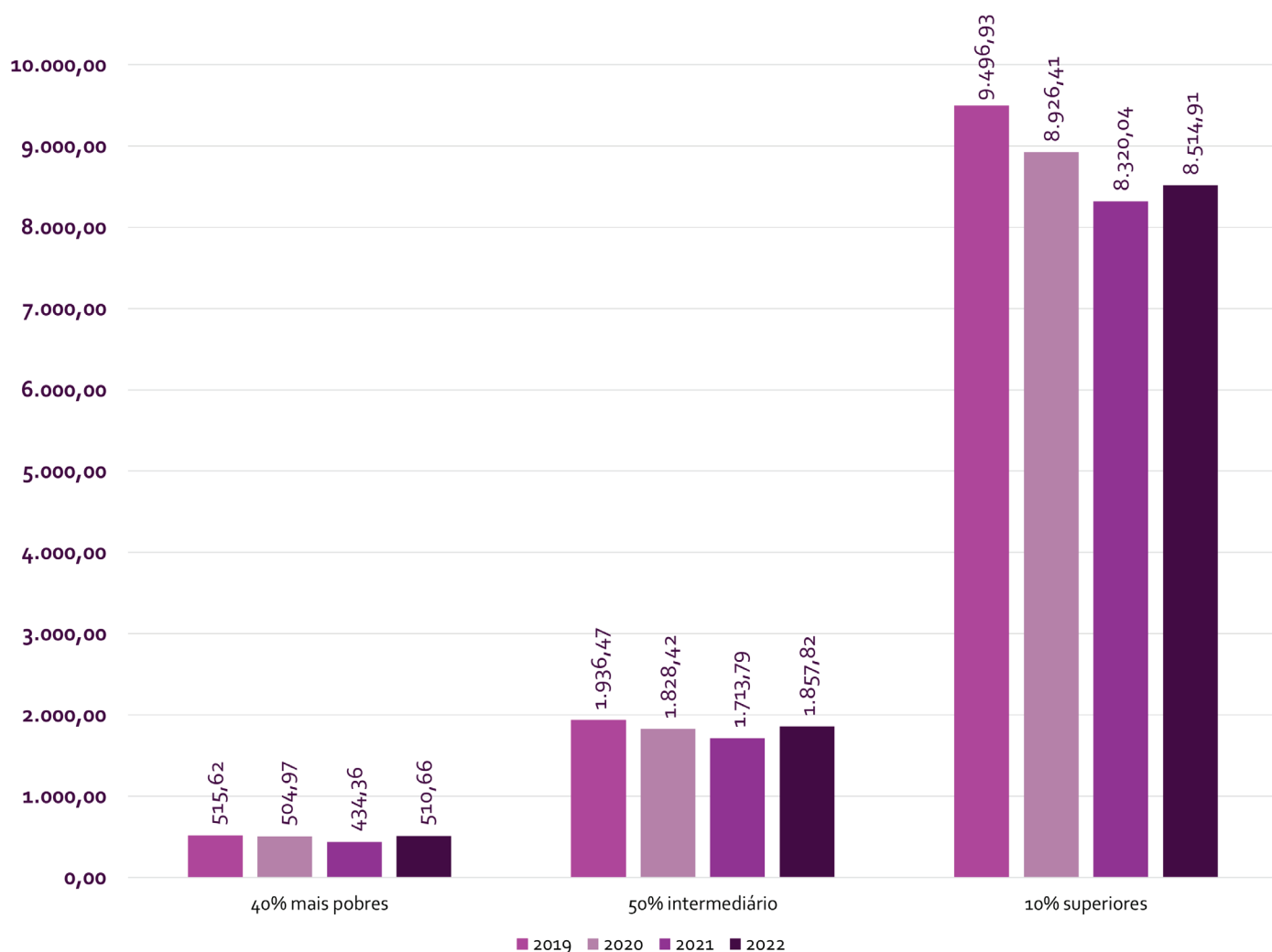


FIGURA 5: Rendimento médio, por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

da pandemia, onde verificamos aumento da renda para todas as camadas socioeconômicas. Além disso, a figura 5 nos permite enxergar claramente a enorme distância que separa o topo da base da pirâmide social em nossas metrópoles.

Na figura 6, por sua vez, está plotada a variação percentual do rendimento médio para cada ano em relação ao começo da série histórica (2012), segundo os estratos de renda, o que permite verificar os ganhos ou perdas relativas do rendimento médio por estrato de renda. Entre 2013 e 2014, a variação do rendimento foi positiva e crescente para todos os estratos de renda, sendo maior para o estrato mais pobre. Entre 2015 e 2016, o rendimento médio de todos os estratos se reduzem. Os estratos mais ricos e intermediários de renda elevam seu rendimento médio em 2017, e se mantêm naquele patamar até 2019. O estrato mais pobre mantém praticamente o mesmo patamar de 2016 até o ano de 2019, com pequenas oscilações. A partir daí, todos os estratos de rendimento reduzem seu rendimento médio em 2020 - apesar de os estratos intermediários e os mais ricos ainda registrarem variações positivas em relação a 2012. Em 2021, a redução do rendimento médio continuou de forma abrupta para todos os estratos de renda, tendo todos eles registrado variações negativas em relação ao primeiro ano da série histórica. No ano de 2022, houve elevação do rendimento médio para todos os estratos de renda, mas somente o estrato intermediário

conseguiu registrar variação positiva em relação a 2012, sendo que nenhum deles conseguiu recuperação efetiva em relação a 2019 - ano imediatamente anterior à Pandemia da COVID-19.

Na figura 7, está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres em cada ano ao longo da série histórica. O que se percebe é um processo semelhante ao indicado na figura anterior, onde se registrou o ápice do rendimento desse conjunto da população em 2014, chegando a R\$565. Entre 2014 e 2016, então, ocorreu queda desse rendimento, seguido por um período de relativa estabilidade até 2020. Percebe-se forte queda no rendimento entre 2020 e 2021, ano em que esse valor atingiu o mais baixo da série histórica: R\$434. Em 2022, houve recuperação nesta média, que alcançou R\$510, valor um pouco mais elevado em relação a 2020, mas inferior ao registrado em 2019, ano imediatamente anterior à Pandemia, e em 2012, primeiro ano da série histórica.

Na figura 8, está exposta a variação de rendimento dos mais pobres, entre 2019 e 2022, para cada uma das Regiões Metropolitanas. Em 2022, os rendimentos mais baixos para a população mais pobre foram registrados, em ordem decrescente, nas Regiões Metropolitanas de Manaus (R\$362), Salvador (R\$347), João Pessoa (R\$345), Grande São Luís (R\$343) e Recife (R\$327). Já os rendimentos mais altos entre o estrato dos 40 % mais pobres foram registrados, em ordem crescente,

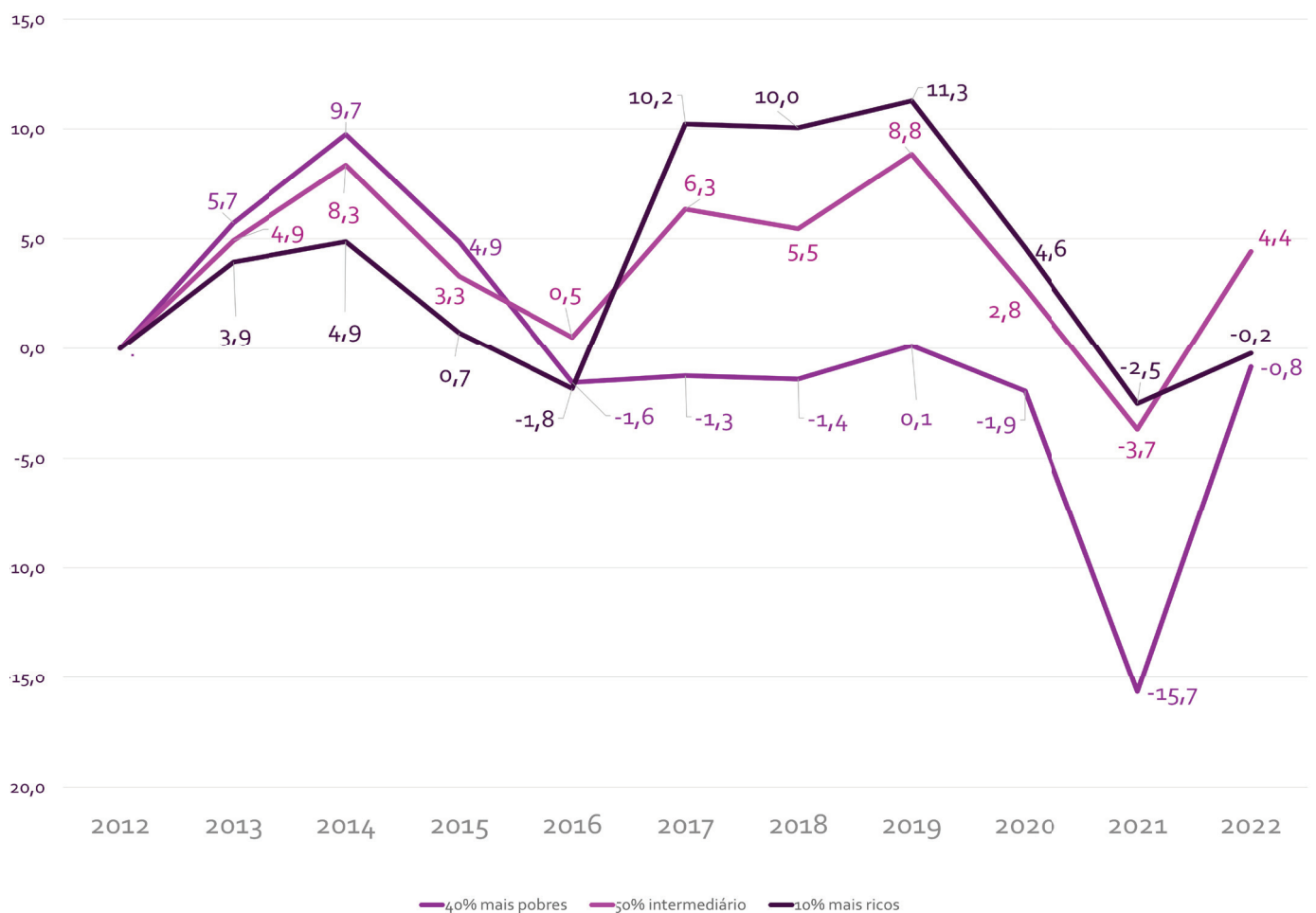


FIGURA 6: Variação (%) do rendimento médio em relação ao ano de 2012 por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

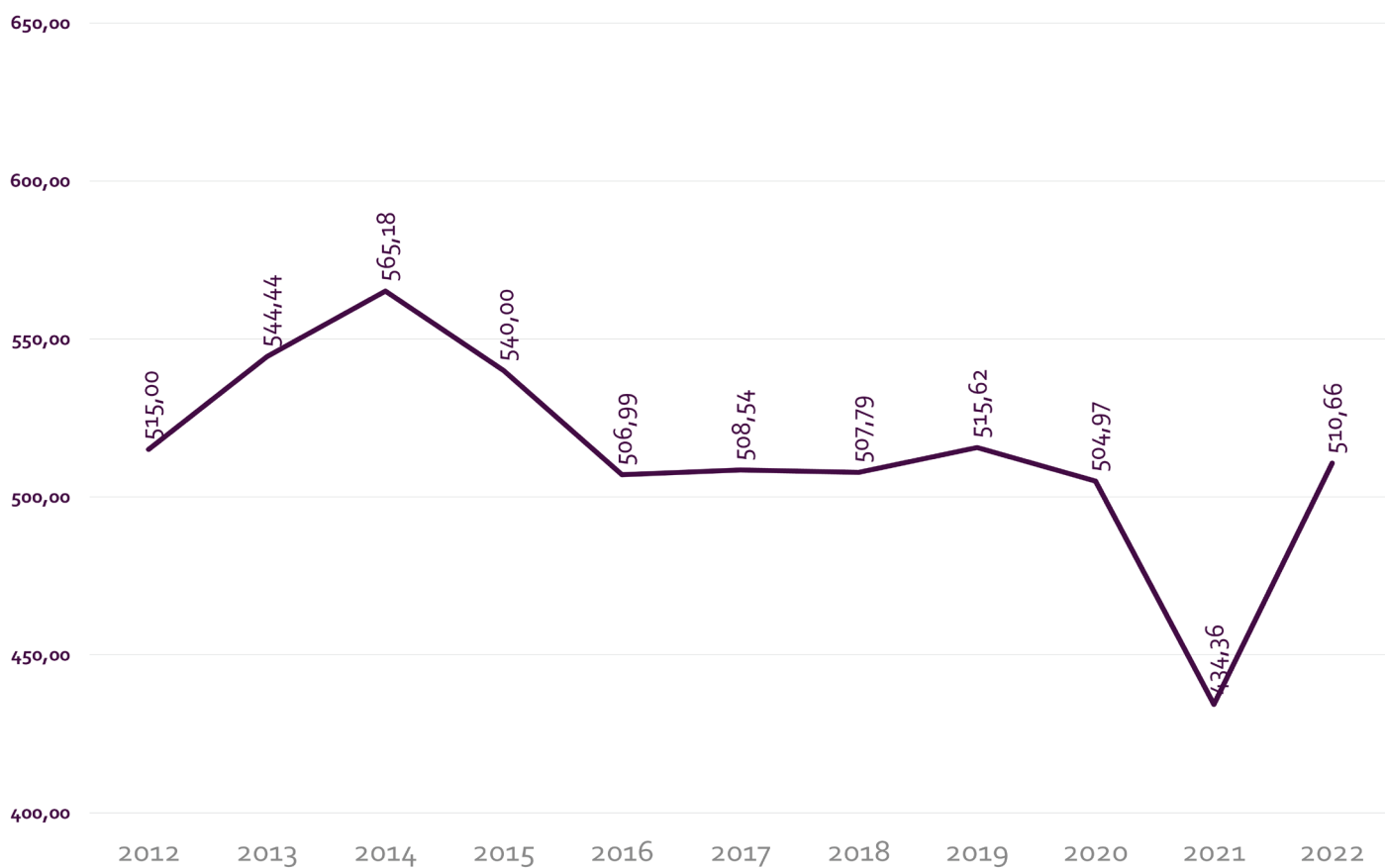


FIGURA 7: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

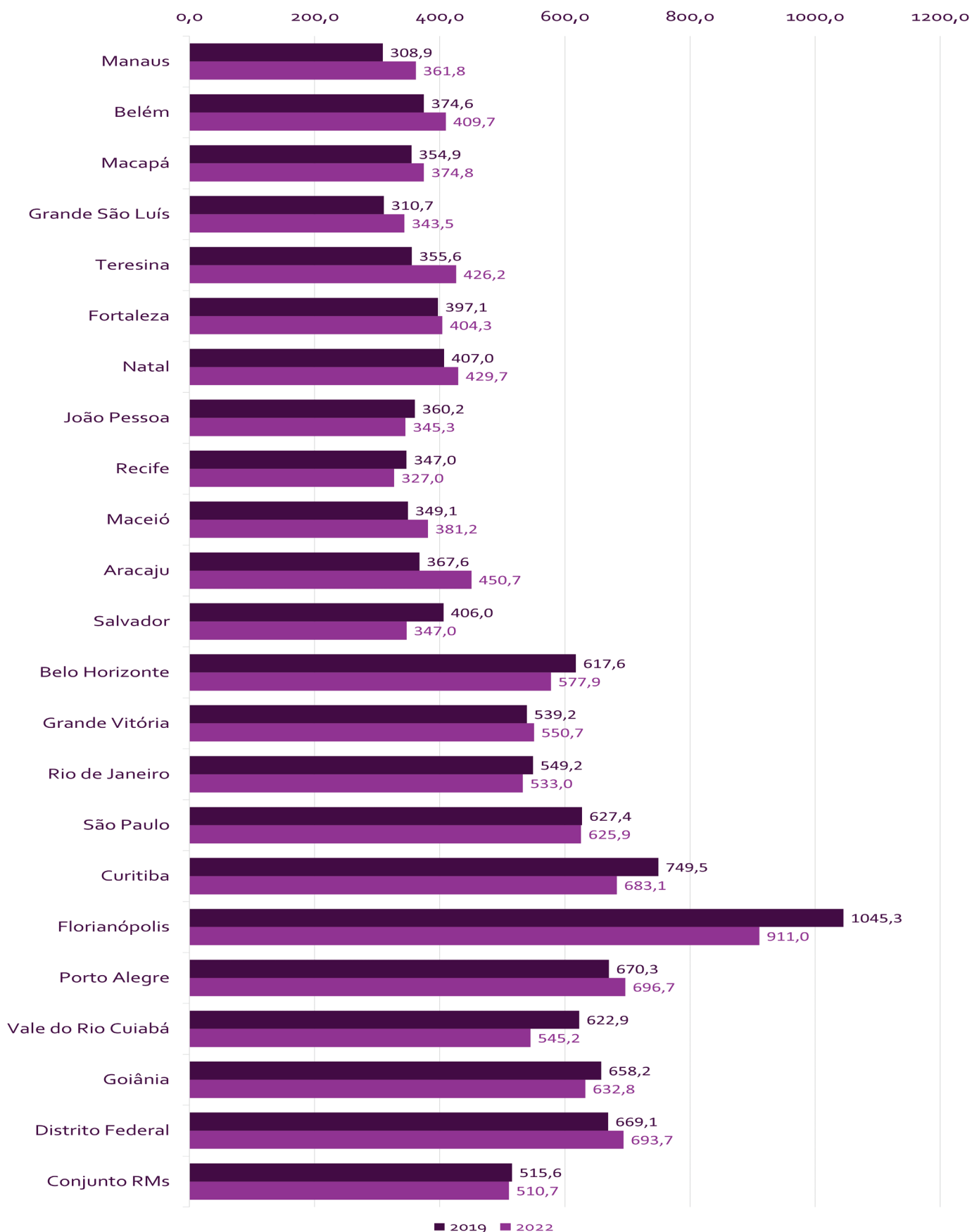


FIGURA 8: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

nas Regiões Metropolitanas de Goiânia (R\$633), Curitiba (R\$683), Distrito Federal (R\$694), Porto Alegre (R\$697) e Florianópolis (R\$911).

Na figura 9, está plotada a evolução da razão de rendimento, outro indicador de desigualdade de renda, entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o conjunto das Regiões Metropolitanas. A razão de rendimentos tem comportamento semelhante ao do coeficiente de Gini, exposto na figura 1, com uma leve redução entre 2012 e 2015, seguida do crescimento das desigualdades até 2017. Entre esse ano e 2019, a desigualdade praticamente se manteve no mesmo patamar, quando voltou se reduzir, em 2020, mas novamente se elevando em 2021, atingindo o maior patamar da razão de rendimento da série histórica. Em 2022, a queda da razão de rendimento foi significativa, e permitiu que nos aproximássemos da razão obtida em 2012.

Na figura 10, está exposta a comparação entre a razão de rendimento registrada em 2019 e 2022 para cada uma das Regiões Metropolitanas. Na maioria delas se registrou queda desse indicador, com exceção das Regiões Metropolitanas de Macapá, Natal, Salvador e Florianópolis, onde foram registradas elevações nesta razão. Em 2022, as Regiões Metropolitanas onde se registaram as maiores razões de rendimentos, em ordem crescente, foram São Paulo (16,5), Rio de

Janeiro (17,4), Natal (17,8), Belém (18,0) e Salvador (20,8). No outro oposto, as metrópoles em que foram registradas menores desigualdades de renda indicadas pela razão de rendimentos, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (12,3), Curitiba (12,3), Goiânia (11,7), Vale do Rio Cuiabá (11,5) e Florianópolis (9,9).

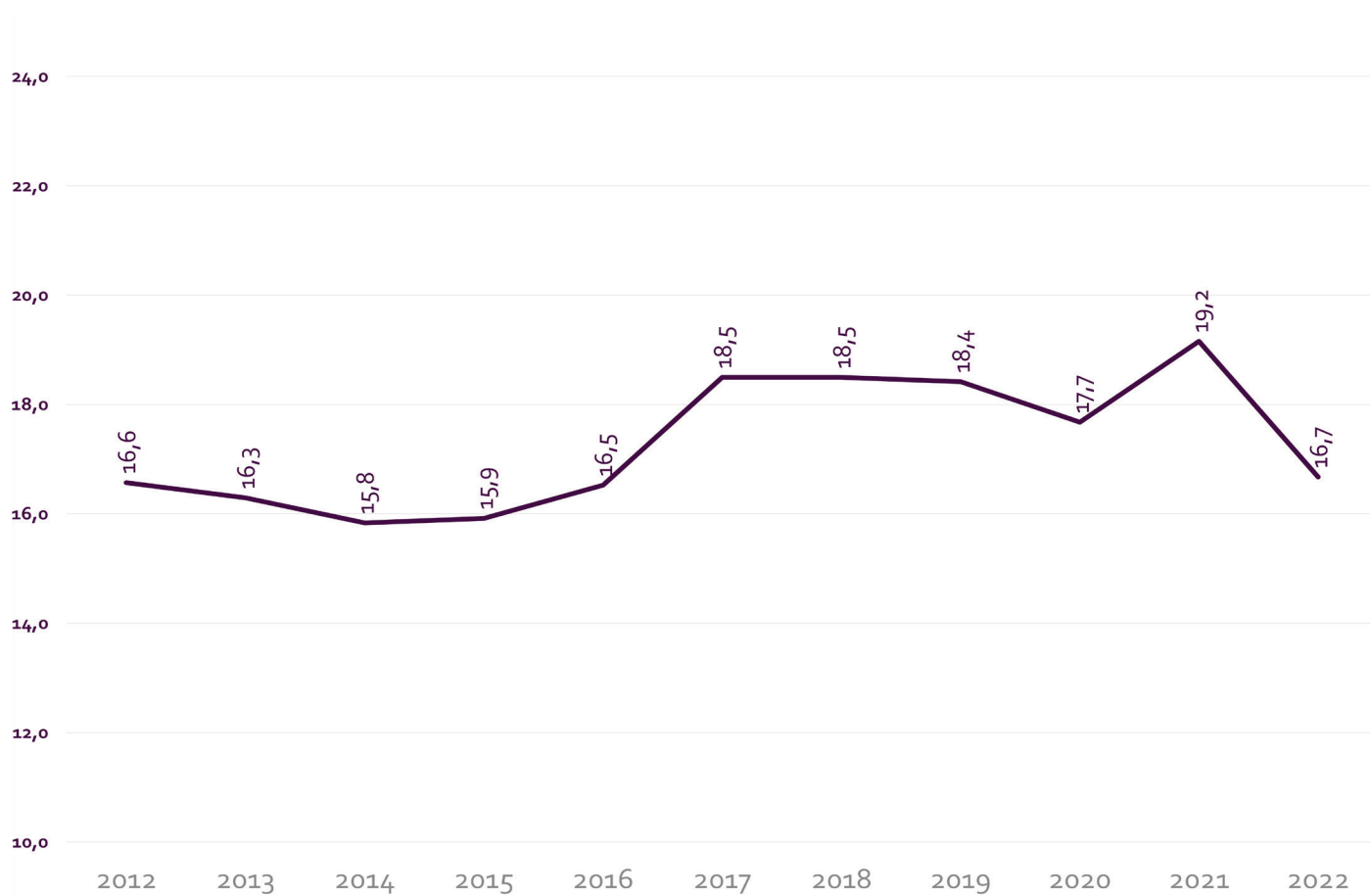


FIGURA 9: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

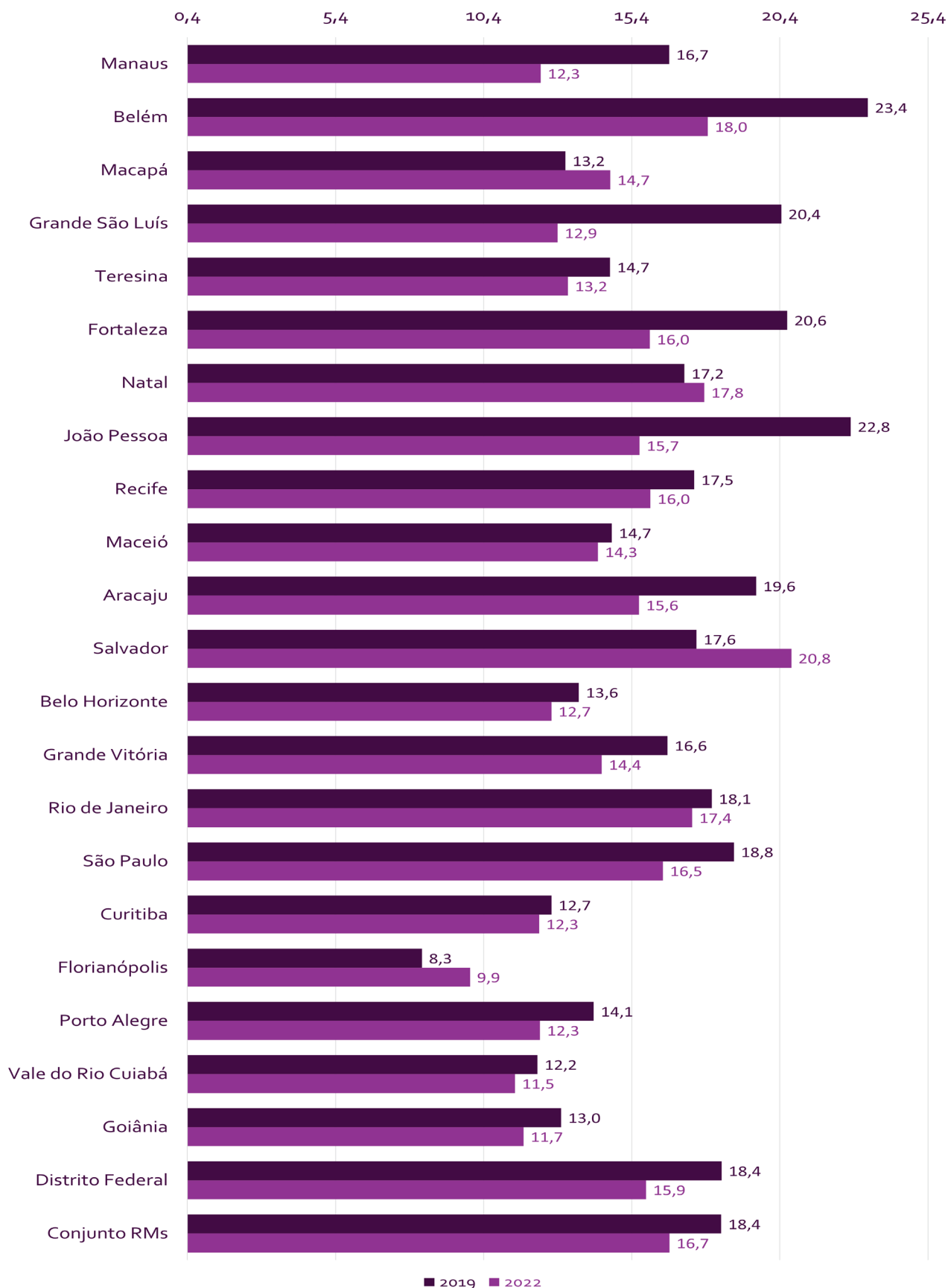


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

04 POBREZA E EXTREMA POBREZA

Além da desigualdade de renda, é importante também considerar a pobreza absoluta e sua evolução no período. Diferente dos indicadores de desigualdade, que tratam da forma como a renda é distribuída, a pobreza diz respeito à quantidade de indivíduos que recebem rendimentos abaixo de um valor mínimo (linha de pobreza). Essa quantidade varia em função tanto do volume de recursos disponíveis como da maneira como tais recursos estão distribuídos. Cenários de crescimento econômico e/ou redução das desigualdades tendem a induzir uma redução na taxa de pobreza, enquanto contextos de recessão econômica e/ou elevação das desigualdades costumam vir acompanhados de aumento da mesma.

A pobreza pode ser entendida, de modo genérico, como a circunstância na qual necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, sendo considerada, portanto, uma situação de privação. Ou seja, é entendido como pobre aquele indivíduo que não dispõe dos meios minimamente necessários para participar adequadamente da vida na sociedade em que está inserido. Um dos maiores desafios para se estudar este fenômeno é a definição do que seriam essas necessidades básicas, esse mínimo necessário, e então o valor monetário a ele correspondente – a chamada linha de pobreza. Há diversos métodos para se chegar a este valor e uma significativa variação entre as linhas de pobreza estabelecidas em diferentes países, regiões e/ou momentos históricos. Neste Boletim, adotamos

linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial, amplamente utilizadas ao redor do mundo e no Brasil.

Para o acompanhamento da pobreza global, as Nações Unidas e o Banco Mundial estabeleceram inicialmente a medida de US\$1,00 por dia, ainda na década de 1990. Este valor tem sido atualizado constantemente, e hoje está em US\$2,15 – baseado no cálculo da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017⁴. Tal patamar se justifica por ser válido como linha de pobreza mesmo para os países mais pobres do globo, se constituindo, portanto, como um mínimo a ser perseguido por todo e qualquer país. Essa importante medida foi utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – e está presente na Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Mais recentemente, no entanto, a partir do ano de 2007, o Banco Mundial adicionou duas outras opções de linhas de pobreza em suas publicações. A primeira delas se aplica aos países de renda média-baixa e tem o valor de US\$3,65 PPC; a segunda, por sua vez, é sugerida para os países de renda média-alta⁵ e seu valor é de US\$6,85 PPC. O Brasil é classificado como país

4 Elaborada a partir de uma pesquisa mundial de preços de bens e serviços, a taxa de câmbio medida em PPC permite a comparação do valor real das moedas em determinado momento.

5 <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

de rendimento média-alto e por essa razão a linha de pobreza de US\$ 6,85 PPC tem sido utilizada com frequência nos estudos nacionais, inclusive pelo IBGE⁶.

Nesta publicação, trabalharemos com duas linhas: US\$6,85 PPC para pobreza e US\$2,15 PPC para a extrema pobreza. Para tanto, os valores foram primeiro convertidos em reais (R\$) a partir da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017; posteriormente, foram então deflacionados para valores médios de 2022, por meio do IPCA. Em valores de 2022, a linha de pobreza é de aproximadamente R\$636 e a linha de extrema pobreza é de aproximadamente R\$199. Ou seja, moradores de domicílios cuja renda per capita se encontra abaixo de tais valores serão classificados como pobres e/ou extremamente pobres.

Nas figuras 11 e 12, estão expostas respectivamente as evoluções do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras que se encontram em situação de pobreza. Esses valores caem entre 2012 e 2014, quando apresentam o menor valor da série, e a taxa chega 23,4%, ou 18,4 milhões de pessoas. A partir daí sobe por dois anos e depois se estabiliza em cerca de 26,6% (22 milhões) até 2020. Em 2021 a taxa de pobreza sobe bruta e chega

a 31,3% (26 milhões) da população metropolitana em situação de pobreza, o maior valor da série histórica. Em 2022 há redução e a taxa de pobreza retorna a 27,0% (22,7 milhões de pessoas), valor levemente superior ao registrado até 2020. Isso indica que, no último ano, 3,4 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza nas metrópoles.

Na figura 13, está exposta a taxa de pobreza, percentual da população em situação de pobreza, para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil, nos anos de 2019 e 2022. Ao longo do período de 3 anos essa taxa, em geral, aumentou levemente para o conjunto das Regiões Metropolitanas e teve um comportamento variado entre as regiões. Ela subiu para a maior parte das Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (com a exceção do Distrito Federal, Porto Alegre e Grande Vitória) e teve comportamento misto nas Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste, subindo em metade delas e caindo na outra metade.

Em quase todas as Regiões Metropolitanas do Nordeste e do Norte, com exceção de Aracaju, a taxa de pobreza ultrapassou um terço da população em 2022. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de pessoas em situação de pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram as regiões de Macapá (43,7%), Recife (44,6%), Grande São Luís (45,6%), João Pessoa (46,3%) e Manaus (46,9%). Já as Regiões Metropolitanas em que se registraram as menores taxas de pobreza foram

6 <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

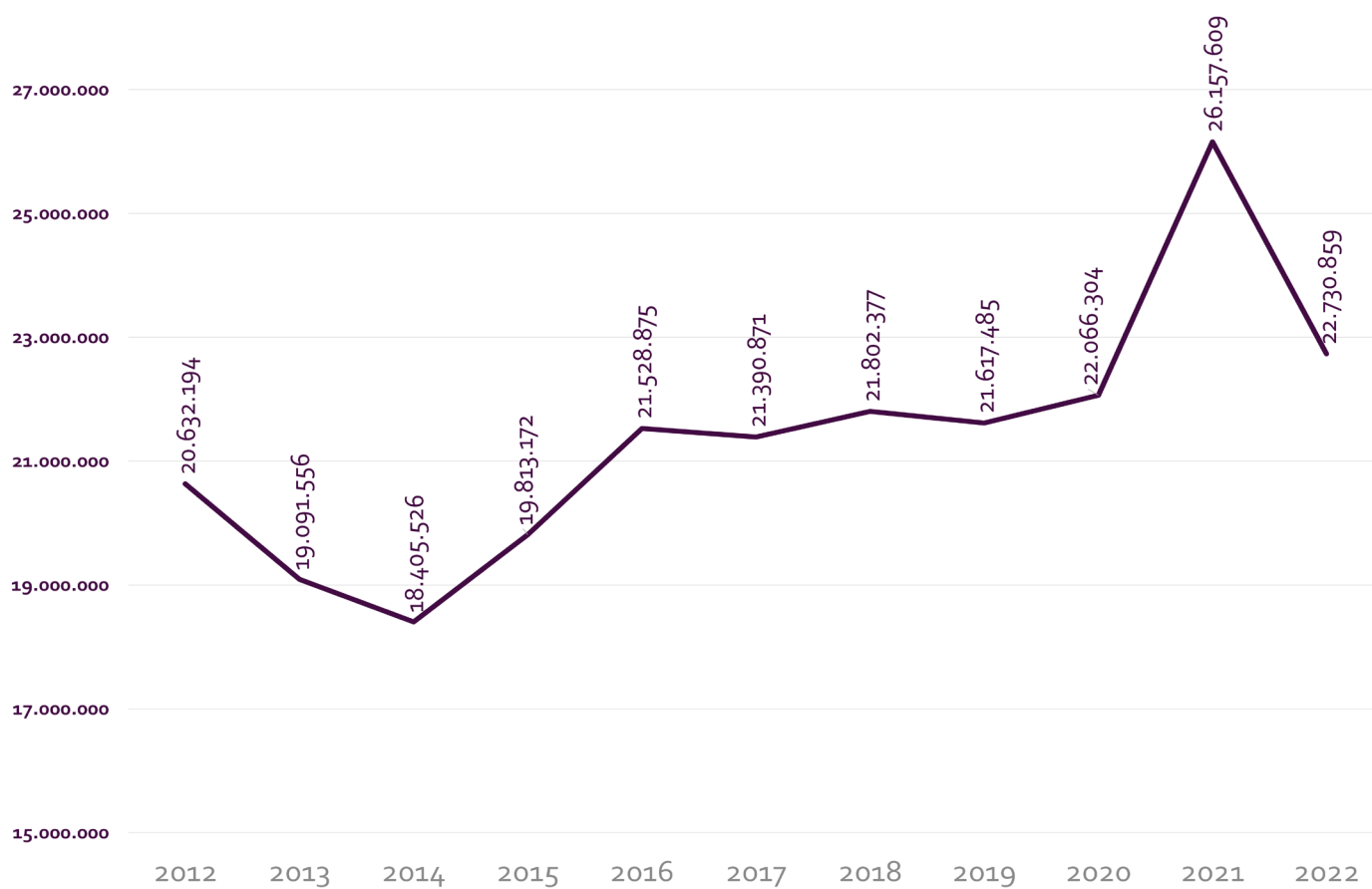


FIGURA 11: Número de Pessoas em Situação de Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

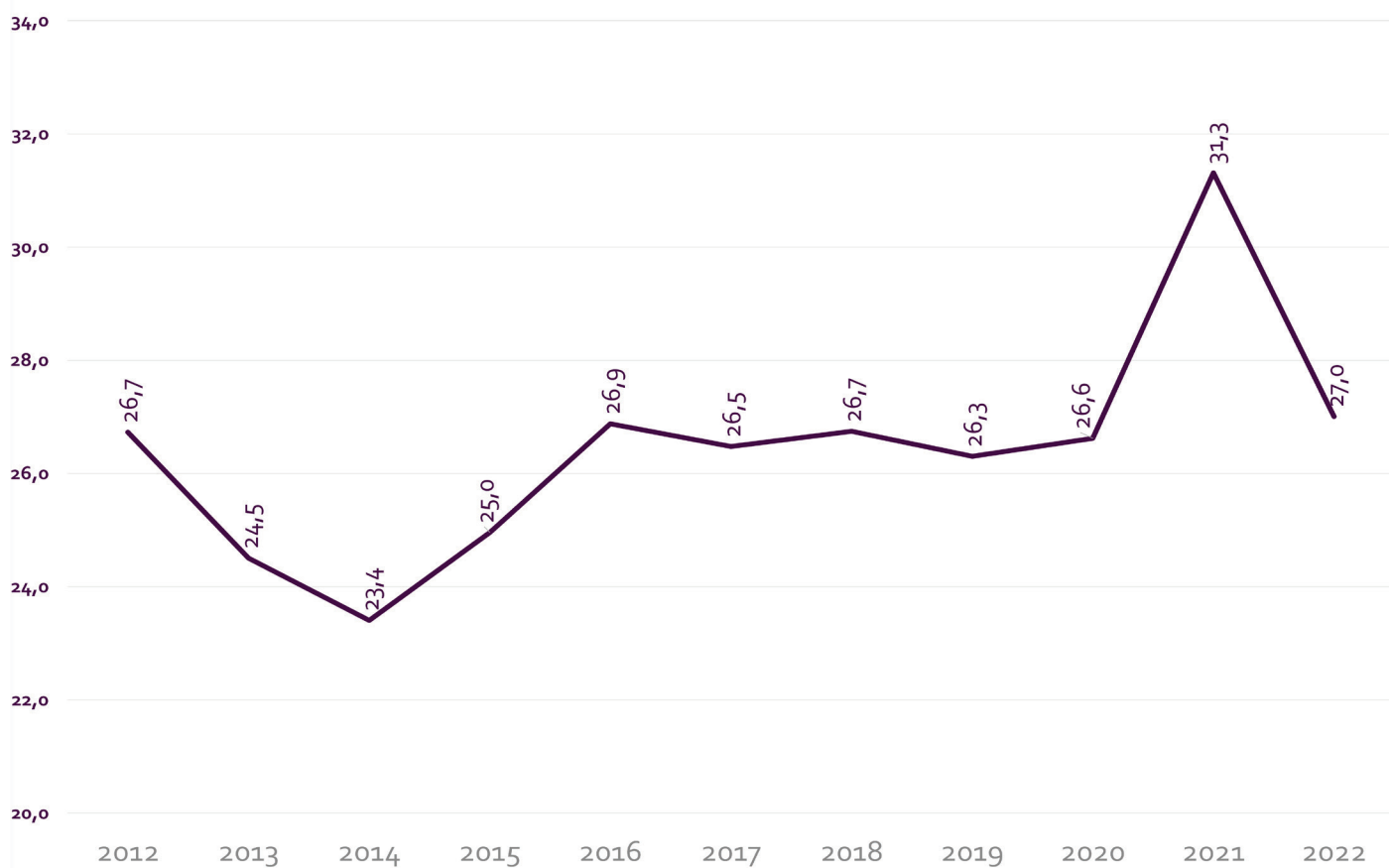


FIGURA 12: Pessoas em Situação de Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

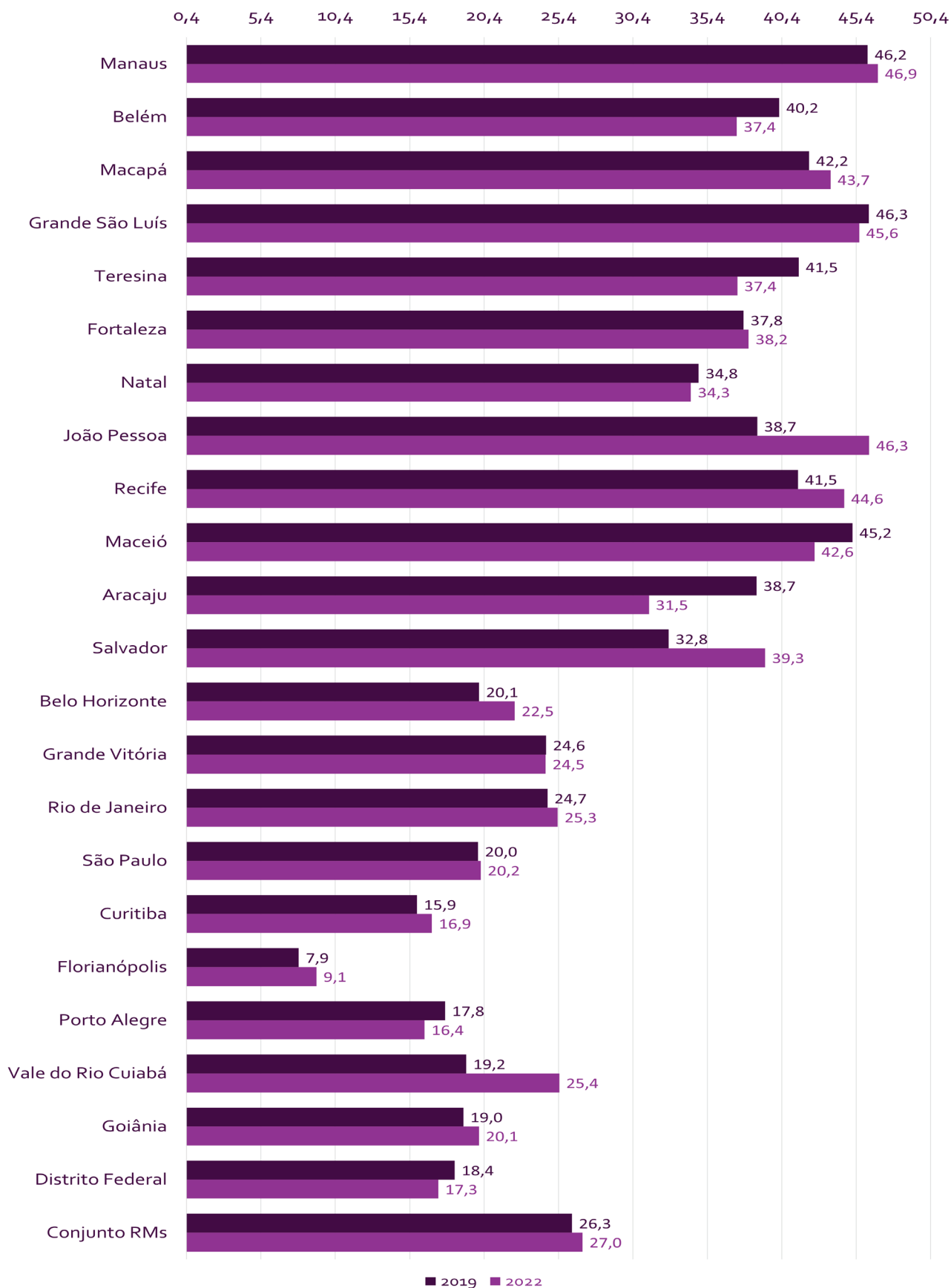


FIGURA 13: Pessoas em Situação de Pobreza* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

Goiânia (20,1%), Distrito Federal (17,3%), Curitiba (16,9%), Porto Alegre (16,4%) e Florianópolis (9,1%).

Nas figuras 14 e 15, temos a evolução respectivamente do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas que se encontra em situação de extrema pobreza, isto é, que vive em domicílios em que a renda per capita é inferior a R\$199 por mês. Constatase que após uma leve redução entre 2012 e 2013, esses valores vêm crescendo sucessivamente todos os anos, em que pese um certo período de estabilidade entre 2013 e 2015 e entre 2018 e 2020. Assim como registrado para a situação de pobreza, a taxa de pessoas em situação de extrema pobreza saltou entre 2020 e 2021, chegando a 6,9% (5,7 milhões de pessoas) da população das metrópoles brasileiras. Esse valor é mais do que o dobro registrado sete anos antes. Assim como em relação à pobreza, em 2022 houve redução e a taxa de pobreza extrema retornou a 4,7% (3,9 milhões de pessoas), valor levemente inferior ao registrado em 2020. Isso indica que, no último ano, 1,8 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza extrema no Brasil metropolitano.

Na figura 16, é apresentada a comparação entre o percentual de pessoas em situação de pobreza

extrema, em 2019 e em 2022, para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil. Nela, podemos constatar que a taxa de extrema pobreza caiu na maioria das metrópoles ao longo do período analisado. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de Extrema Pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram as Regiões Metropolitanas da Grande São Luís (6,9%), Maceió (7,1%), João Pessoa (9,2%), Recife (9,7%) e Salvador (10,9,0%). Já as regiões em que essa taxa foi mais baixa, em ordem decrescente, foram Belo Horizonte (2,8%), Curitiba (2,4%), Goiânia (2,0%), Distrito Federal (1,9%) e Florianópolis (1,7%).

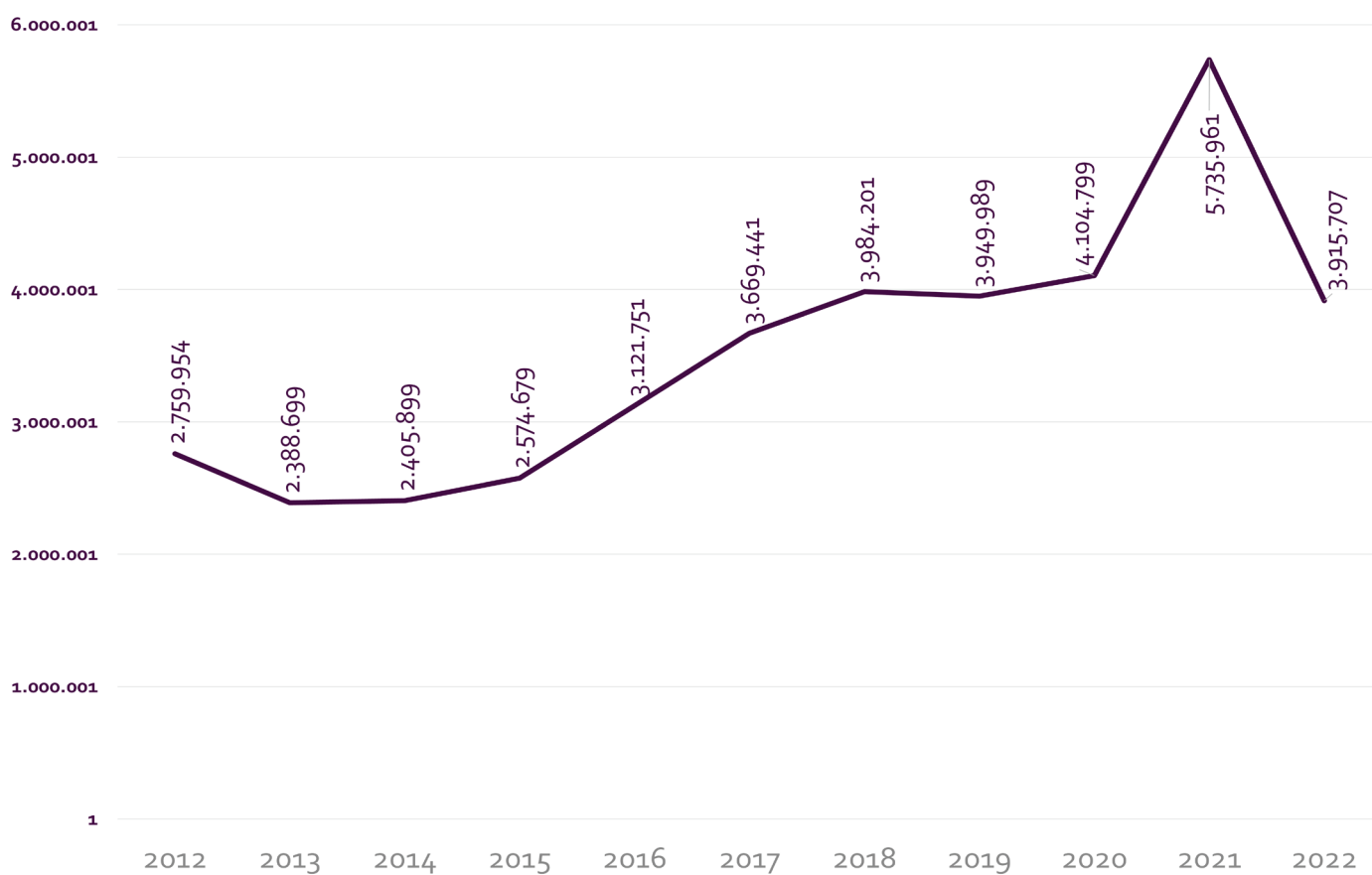


FIGURA 14: Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)

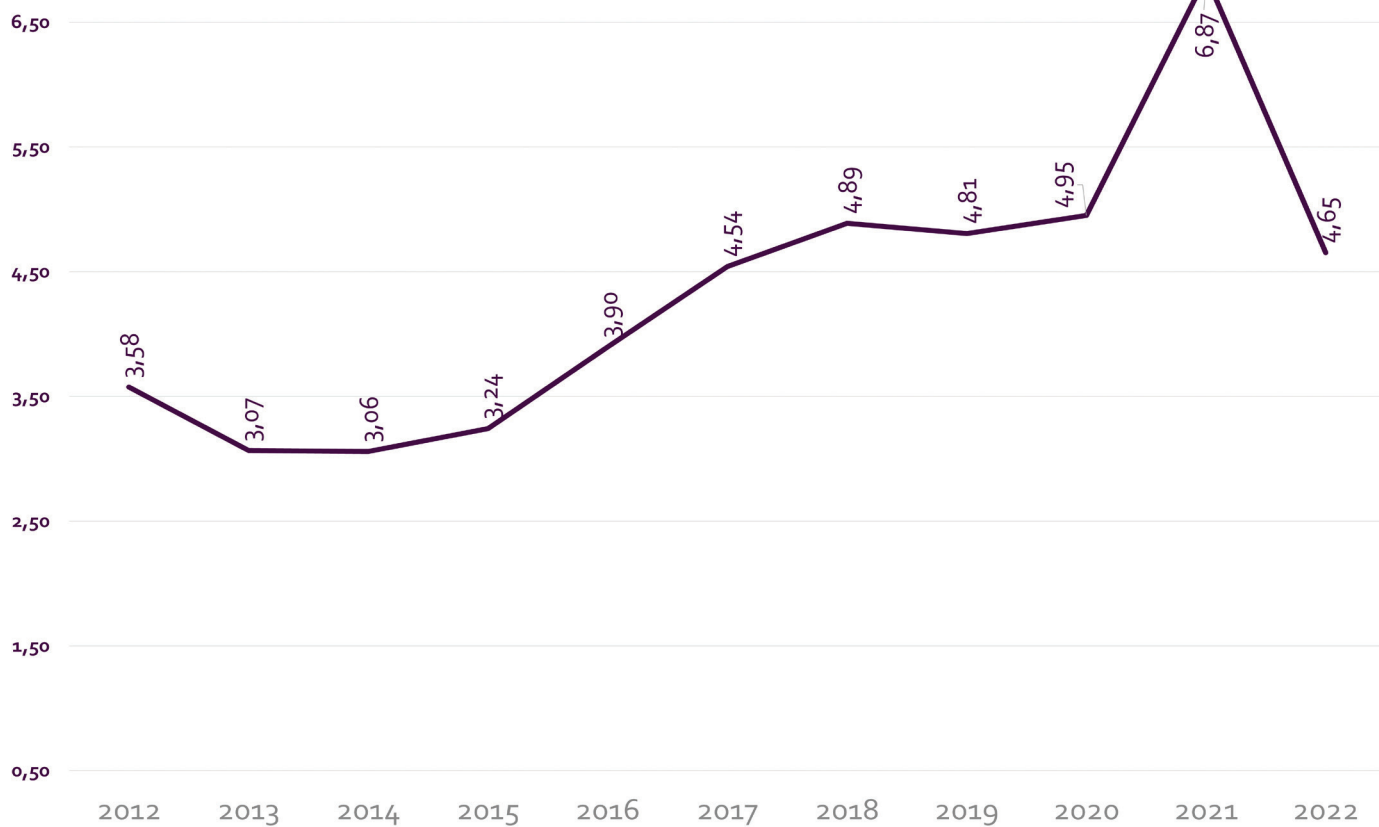


FIGURA 15: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)

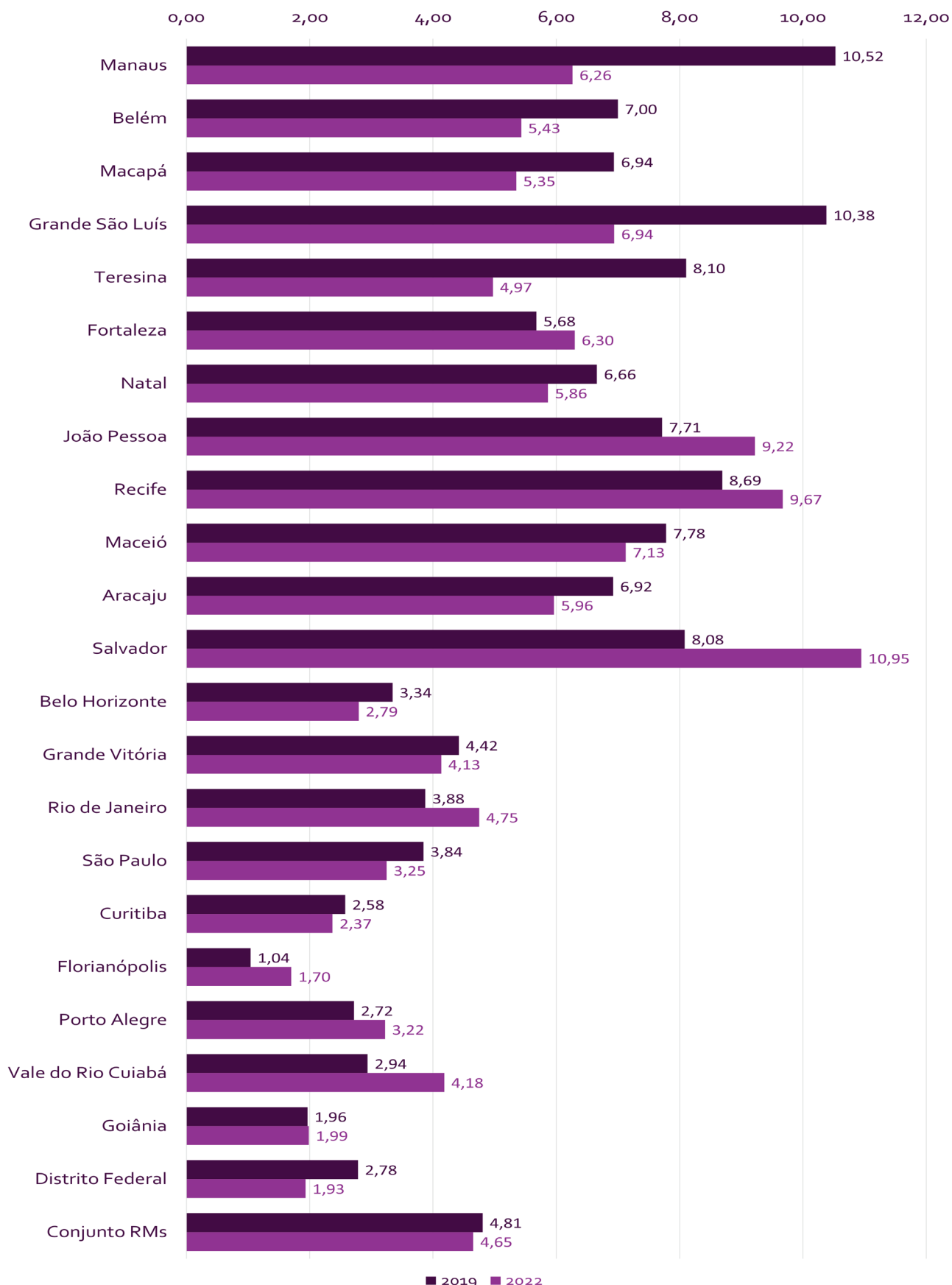


FIGURA 16: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Manaus	0,581	0,573	0,550	0,547	0,569	0,595	0,575	0,543	0,524	0,535	0,496
Belém	0,507	0,528	0,501	0,511	0,533	0,500	0,549	0,608	0,512	0,582	0,561
Macapá	0,531	0,512	0,518	0,534	0,533	0,568	0,567	0,503	0,500	0,516	0,528
Grande São Luís	0,480	0,452	0,432	0,494	0,513	0,570	0,482	0,580	0,486	0,528	0,500
Teresina	0,485	0,545	0,509	0,512	0,508	0,518	0,530	0,521	0,471	0,479	0,507
Fortaleza	0,543	0,526	0,522	0,534	0,539	0,552	0,572	0,582	0,559	0,545	0,543
Natal	0,525	0,516	0,529	0,534	0,529	0,558	0,537	0,545	0,532	0,588	0,555
João Pessoa	0,548	0,556	0,569	0,576	0,582	0,573	0,569	0,596	0,566	0,589	0,539
Recife	0,593	0,591	0,594	0,587	0,561	0,604	0,574	0,550	0,549	0,581	0,537
Maceió	0,519	0,500	0,540	0,512	0,519	0,514	0,504	0,524	0,525	0,537	0,520
Aracaju	0,569	0,586	0,550	0,543	0,557	0,567	0,587	0,570	0,538	0,605	0,536
Salvador	0,590	0,532	0,541	0,534	0,566	0,555	0,598	0,551	0,594	0,582	0,579
Belo Horizonte	0,527	0,524	0,508	0,519	0,536	0,531	0,522	0,515	0,494	0,525	0,498
Grande Vitória	0,494	0,523	0,525	0,540	0,533	0,528	0,527	0,546	0,526	0,540	0,521
Rio de Janeiro	0,534	0,527	0,518	0,514	0,505	0,552	0,539	0,560	0,565	0,581	0,553
São Paulo	0,528	0,537	0,535	0,549	0,547	0,563	0,569	0,568	0,570	0,563	0,544
Curitiba	0,483	0,481	0,469	0,453	0,464	0,486	0,501	0,504	0,483	0,488	0,495
Florianópolis	0,454	0,466	0,453	0,441	0,457	0,428	0,464	0,422	0,468	0,484	0,457
Porto Alegre	0,511	0,504	0,506	0,470	0,480	0,522	0,513	0,517	0,507	0,491	0,495
Vale do Rio Cuiabá	0,505	0,449	0,457	0,449	0,467	0,522	0,513	0,492	0,548	0,485	0,481
Goiânia	0,484	0,483	0,467	0,459	0,470	0,481	0,465	0,506	0,453	0,500	0,485
Distrito Federal	0,601	0,579	0,573	0,580	0,580	0,580	0,587	0,560	0,548	0,566	0,536
Conjunto RMs	0,545	0,543	0,538	0,539	0,544	0,563	0,563	0,562	0,555	0,565	0,545

FIGURA 1A: Coeficientes de Gini*

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Manaus	1.434	1.410	1.379	1.314	1.237	1.278	1.265	1.207	1.189	1.044	1.139
Belém	1.246	1.358	1.269	1.260	1.201	1.282	1.395	1.724	1.418	1.343	1.654
Macapá	1.180	1.318	1.283	1.350	1.196	1.416	1.199	1.194	1.093	1.051	1.329
Grande São Luís	1.088	969	922	1.157	1.080	1.179	996	1.350	1.080	1.031	1.123
Teresina	1.023	1.397	1.399	1.305	1.260	1.265	1.299	1.280	1.148	1.103	1.403
Fortaleza	1.385	1.403	1.374	1.389	1.330	1.409	1.542	1.620	1.652	1.353	1.433
Natal	1.241	1.431	1.473	1.634	1.506	1.632	1.338	1.674	1.770	1.774	1.743
João Pessoa	1.285	1.410	1.521	1.668	1.642	1.643	1.679	1.737	1.419	1.303	1.251
Recife	1.612	1.738	1.750	1.680	1.429	1.509	1.482	1.385	1.358	1.185	1.210
Maceió	1.183	1.132	1.359	1.177	1.215	1.236	1.219	1.238	1.259	1.148	1.281
Aracaju	1.694	1.704	1.726	1.670	1.641	1.612	1.480	1.622	1.593	1.439	1.634
Salvador	1.835	1.649	1.899	1.752	1.740	1.718	1.993	1.671	1.820	1.427	1.522
Belo Horizonte	2.043	2.123	2.059	2.060	2.009	1.930	2.057	2.066	1.839	1.927	1.890
Grande Vitória	1.792	1.876	2.021	1.837	1.788	1.828	1.860	2.057	1.888	1.666	1.909
Rio de Janeiro	1.890	1.947	1.992	1.924	1.829	2.005	1.962	2.214	2.156	2.049	2.147
São Paulo	2.305	2.486	2.585	2.421	2.396	2.744	2.621	2.588	2.421	2.257	2.399
Curitiba	2.234	2.291	2.302	2.133	2.072	2.254	2.242	2.413	2.211	1.995	2.206
Florianópolis	2.400	2.671	2.669	2.630	2.482	2.499	2.644	2.718	2.683	2.500	2.640
Porto Alegre	2.249	2.316	2.404	2.148	2.102	2.359	2.406	2.323	2.313	2.109	2.257
Vale do Rio Cuiabá	1.838	1.810	1.813	1.647	1.515	1.826	2.042	1.951	1.837	1.504	1.658
Goiânia	1.892	2.040	1.977	1.839	1.732	1.890	1.921	2.119	1.659	1.588	1.899
Distrito Federal	3.046	3.097	3.039	3.100	3.109	3.010	3.111	2.918	2.784	2.700	2.799
Conjunto RMs	1.948	2.038	2.085	1.994	1.932	2.090	2.080	2.124	2.009	1.862	1.984

FIGURA 2A: Média de Rendimentos*

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - **DATA SOCIAL**

